

### Critérios de Pesquisa:

**Período:** 01/03/2023 a 31/03/2023

**Indexação:** "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/3

---

11.2023	Sessão Ordinária - CD	01/03/2023-15:08
Publ.: DCD - 02/03/2023	Professora Luciene Cavalcante-PSOL -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Crise da educação brasileira. Atuação da oradora e do Deputado Estadual Carlos Giannazi em defesa da realização de Atividades Pedagógicas Diversificadas em local de livre escolha do professorado.

---

**A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE** (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde a todos. Cumprimento, na pessoa do Presidente, os telespectadores e também os Parlamentares aqui presentes.

A crise na educação não é uma crise, é um projeto de poder das elites, que insistem em olhar para o conjunto da população através da janela da casa grande. Nós não chegamos ao estado a que chegamos em nosso País sem atacar a educação. E nós não atacamos a educação sem atacar primeiramente os profissionais da área.

Nós estamos vivendo uma onda muito grande de ataques à educação, com a reforma da Previdência, com a falta de concursos públicos para o setor, com a ameaça constante da reforma administrativa, com a farsa do novo ensino médio, com o não pagamento do piso salarial nacional do magistério, com o não enquadramento das profissionais da educação, com a desvalorização do quadro de apoio escolar, com a falta de políticas públicas para a inclusão escolar e com uma permanente perseguição à educação de jovens e adultos.

No Estado de São Paulo, está acontecendo a implementação do que eles chamam de nova carreira do magistério, novamente um ataque aos profissionais da educação, com a retirada de vários direitos. Vejam só o que está acontecendo hoje no Estado de São Paulo. Lá existem as famosas Atividades Pedagógicas Diversificadas, as APDs. As APDs são uma conquista histórica dos profissionais da educação, porque todo mundo sabe que o

professor e a professora, além de ministrarem a aula presencialmente aos alunos, precisam de planejamento, precisam corrigir as provas, precisam fazer os materiais que serão utilizados em suas aulas. Nós sempre fizemos isso em casa, e nunca foi paga essa hora de trabalho. Nós conseguimos fazer com que esse trabalho fosse reconhecido e pago. E nós sempre fizemos isso em local de livre escolha. Agora, com a intenção de atacar os profissionais da educação, no ano passado foi aprovada uma nova legislação que diz que essas horas precisam ser cumpridas dentro da escola. Isso está provocando um caos na carreira dos profissionais, porque eles não conseguem fazer o acúmulo de cargos, o que é um direito constitucional e uma necessidade dos professores, e as escolas não têm estrutura, não têm salas para que as professoras possam fazer essa atividade. O resultado disso é que os alunos estão sem aulas, e as professoras, sem trabalho.

Nós estamos oficiando, juntamente com o Deputado Estadual Carlos Giannazi, o Governador Tarcísio de Freitas, para que ele tome medidas urgentes para que as APDs voltem a ser realizadas em locais de livre escolha.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado em todos os meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

---

Documento 2/3

---

18.2023	Sessão Ordinária - CD	09/03/2023-13:16
Publ.: DCD - 10/03/2023 -	Prof. Reginaldo Veras-PV -DF	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Aplausos ao servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Marco Antonio Lopes Santana, pela resistência contra a tentativa de militares e políticos de resgate de joias sauditas. Contrariedade à retomada da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da reforma administrativa. Tibieza do ex-Ministro de Minas e Energia, Almirante Bento Albuquerque, diante de pressões exercidas pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro com relação ao episódio das joias sauditas.

---

**O SR. PROF. REGINALDO VERAS** (Bloco/PV - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, Srs. Deputados, esse caso da entrada de joias ilegalmente no País nos traz aqui uma reflexão e alguns exemplos.

O servidor da Receita Federal Marco Antonio Lopes Santana, ao agir de forma

escorreita, de forma austera, de forma impávida, dizendo "não" às carteiradas impostas por militares e políticos na tentativa de resgatar as joias que entraram ilegalmente, baseou-se nos princípios da administração pública: a legalidade, a impessoalidade e a moralidade.

Ele só fez isso, Sr. Presidente, porque está resguardado pela estabilidade que tem como servidor público. O princípio da estabilidade é fundamental para dar garantia ao servidor, no exercício pleno de suas funções, para não aceitar carteirada nem coação de Deputado, de Ministro, de Presidente, de seja lá quem for.

Por isso, é fundamental nós não deixarmos ressuscitar nesta Casa a famigerada PEC 32, que, entre outras propostas da reforma administrativa, tenta acabar com a estabilidade do servidor público.

Esse servidor está de parabéns. Ele é um exemplo, Sr. Presidente.

Por outro lado, o Ministro Bento Albuquerque se mostrou um fraco, alguém sujeito à pressão de Presidente, de mulher de Presidente, de seja lá quem for. Ele jogou sua biografia na lama ao atuar de forma vergonhosa, como mula, semelhante àqueles que são pagos para trazer drogas de outros países. No caso, ele tentou trazer as joias e ainda foi lá pressionar um servidor de carreira, na tentativa de ilegalmente liberá-las.

Tudo isso só me traz à memória uma música do Renato Russo, da Legião Urbana. Onde está agora o almirante, o general, que não se manifesta? Está atrás da mesa com suas dez estrelas, escondido. General de dez estrelas, sentado atrás da mesa, acuado, humilhado e com o seu nome jogado no lixo, por tentar ser mula de alguém que não tem compromisso com o Estado brasileiro.

Fica o exemplo.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 3/3

---

22.2023	Sessão Ordinária - CD	14/03/2023-19:28	
Publ.: DCD - 15/03/2023	Erika Kokay-PT -DF		
-	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

---

*Sumário*



Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.969, de 2022, sobre a transformação de cargos de Analista do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça Militar, de Promotor de Justiça Militar e em cargos em comissão especificados, no âmbito do Ministério Público Militar. Aplausos a servidores da Secretaria da Receita Federal do Brasil, pela atuação contra a entrada ilegal de joias sauditas no País.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - A urgência desta matéria deveria estar condicionada a determinados aspectos que são fundamentais para a valorização da carreira do Ministério Público do Trabalho — há inclusive projeto semelhante para outro ramo do Ministério Público. Digo isso porque se transformam cargos efetivos, ainda que sejam cargos efetivos não ocupados. Nós não estamos tirando cargos ocupados para transformá-los em cargos comissionados, mas transformando cargos não ocupados em cargos comissionados.

É fundamental que possamos assegurar que esses cargos sejam ocupados por servidores efetivos, que eles não sejam uma porta aberta para burlar o exercício da função pública e o concurso público, esse concurso público que o então Presidente, o Presidente derrotado, que fugiu deste País, quis acabar ou flexibilizar, ampliando sobremaneira a contratação por processo seletivo simplificado, por meio da PEC 32, que é a demonstração do que se tentou fazer com o Estado.

Em verdade, essa tentativa de afanar 16 milhões de reais, tudo indica — por isso é preciso que investiguemos —, foi resultado de uma negociata. Vendeu-se o que é do povo brasileiro por um presente à então Primeira-Dama, um presente de 16 milhões de reais. Estamos falando de 16 milhões de reais! Graças a servidores da Receita Federal, não foi concretizada, ao que tudo indica, uma grande discussão corrupta ou a condição de se ter recebido propina.

Mas me vêm aqui esses que são náufragos. Há um desfile de náufragos, náufragos agarrados nos pedaços de um palanque derrotado pelo povo brasileiro. Não conseguem sobreviver no mar da democracia, vêm aqui destilar ódio e tentar criar uma CPI para impedir a investigação dos mandantes do golpismo que atingiu este País e que tem rechaço do conjunto da população.

Nós queremos discutir um Estado que sirva ao povo brasileiro. Por isso, em princípio, esta proposição não deveria ter caráter de urgência. Ela deveria ser objeto de negociação. *"Ah, existem cargos comissionados? Sejam ocupados apenas por servidores efetivos."*

É preciso inclusive resolver o problema dos quintos, porque parte dos servidores do Ministério Público não receberam reajuste. Em verdade, foi arrancado deles o reajuste aprovado por esta Casa em função da questão dos

quintos.

Por isso, nós nos posicionamos dessa forma.

---